



3.11 • Metamorfoses da violência

Exclusão, violência e reconstrução pós-violência

Daniela Nascimento

O CONCEITO DE EXCLUSÃO pode ser lido e interpretado de diferentes formas, ainda que todas estejam interrelacionadas. Por um lado, pode descrever uma determinada condição ou resultado e, por outro lado, pode ilustrar e reflectir um processo mais dinâmico e multidimensional. Enquanto condição ou resultado, a exclusão pode ser entendida como uma situação em que determinados indivíduos ou grupos são excluídos de participação plena na sociedade como resultado da sua identidade social (raça, género, etnia, casta, religião) ou do local em que se inserem e/ou vivem (por exemplo, em áreas remotas, estigmatizadas, particularmente ricas ou afectadas por conflitos e violência). Como processo multidimensional e dinâmico, a exclusão pode referir-se às relações sociais e barreiras organizacionais e institucionais que bloqueiam a sobrevivência, o bem-estar, o desenvolvimento e a equidade, criando ou sustentando pobreza e desigualdade e podendo restringir a participação social, política e/ou económica de indivíduos ou grupos.

“
A exclusão pode ser definida como um «processo e/ou um estado que impede indivíduos ou grupos de participarem plenamente na vida social, económica e política de uma sociedade e de exercer os seus direitos, em resultado de relações excludentes baseadas no poder».”

Em suma, a exclusão pode ser definida como um “processo e/ou um estado que impede indivíduos ou grupos de participarem plenamente na vida social, económica e política de uma sociedade e de exercer os seus direitos, em resultado de relações excludentes baseadas no poder.”¹ Com esta definição, é possível verificar que, nas últimas décadas, fenómenos de exclusão têm sido cada vez mais associados a episódios de violência em contextos variados. Ainda assim, a relação entre exclusão e violência, em particular a de natureza estrutural, é particularmente visível e marcada em contextos de fragilidade política, social e económica frequentemente caracterizados também por conflitos internos violentos. Nesta linha, vários estudos e análises têm reconhecido que existem vários factores e dinâmicas económicas e sociais que ilustram e reforçam esta relação, nomeadamente as desigualdades na distribuição

de rendimentos e recursos económicos, índices elevados de pobreza, de desemprego ou falta de oportunidades sociais e económicas, mas também factores políticos relacionados com estruturas frágeis de governação ou participação política restrita a certos grupos, e que limitam a capacidade de outros exprimirem ou reivindicarem as suas necessidades e/ou aspirações. Neste contexto, episódios de violência resultam normalmente também de processos de desintegração e exclusão política, económica e social que são estruturais e de longo prazo.

Dos vários rostos da exclusão às dinâmicas de violência

A pobreza é também uma das características mais persistentes em muitos destes contextos, a que se aliam recorrentemente crescentes desigualdades socioeconómicas entre pequenas elites (maioritariamente concentradas nas zonas urbanas) e uma vasta maioria de população empobrecida (maioritariamente rural) e sem quaisquer perspectivas ou expectativas económicas, num registo que, embora vindo já dos processos de independência, se acentua ainda hoje, apesar de algumas – poucas – melhorias em termos de acesso a cuidados de saúde, educação, crescimento e bem-estar material em alguns contextos e em alguns sectores da população. Além disso, na maior parte dos países que experienciam ou experienciaram situações de conflito violento interno, as estruturas de poder são rígidas, conservadoras ou mesmo autoritárias, excluindo vários segmentos da população dos processos de decisão e ignorando as suas necessidades e interesses. De facto, em muitos casos, a pobreza e a desigualdade são percebidos como o resultado deliberado e consciente de políticas que visam a exclusão e a discriminação de uns em benefício e privilégio de outros, normalmente associados a uma elite étnica, religiosa ou cultural². Para muitos autores, por detrás destas crises e conflitos violentos está então a interacção entre os diferentes *stakeholders* em relação ao acesso e à luta pelo controlo dos frequentemente escassos recursos económicos. Nestes contextos de exclusão e marginalização, as possibilidades de recurso a formas violentas de reivindicação tornam-se maiores, alimentando dinâmicas de violência e/ou conflito mais duradouro. Além disso, é possível identificar frequentemente importantes incentivos à violência nestes contextos, que se tornam particularmente atractivos ao nível de grupos que são alvos de formas mais estruturais de exclusão e marginalização.

Nesse sentido, este tipo de análise considera os conflitos violentos como sendo o resultado de formas mais estruturais e profundas de violência

e desigualdade. A ausência de desenvolvimento socioeconómico e de estruturas equitativas para a distribuição de recursos pode, portanto, tornar-se numa poderosa fonte de violência e instabilidade em sociedades com estas dinâmicas e fracturas. Também a teoria da privação relativa de Ted Gurr identifica sentimentos de injustiça e exclusão como fontes de potencial violência e revolta social³. De acordo com esta abordagem, destaca-se o descontentamento que as pessoas sentem quando comparam a sua posição e situação com outros no mesmo patamar e tomam consciência de que têm menos do que mereciam. Em muitas circunstâncias, esta percepção das desigualdades ou ressentimentos torna-se tão ou mais importante que as condições objectivas e reais de exclusão e marginalização, podendo então resultar em situações de violência. Olhando um pouco para a conflitualidade a nível internacional, esta tem-se revelado de facto uma realidade particularmente visível e preocupante em alguns países da América Latina (por exemplo El Salvador, Guatemala, entre outros) e da África Subsariana (por exemplo Sudão, Nigéria, entre outros) e que se caracterizam por fenómenos de violência mais ou menos organizada e/ou conflitos violentos duradouros. Em muitos destes contextos, as diferentes formas e rostos de exclusão política, económica ou social de determinados indivíduos e/ou grupos da sociedade (maioritários ou minoritários), juntamente com uma percepção partilhada de privação relativa resultante de processos de tomada de decisão excludentes, tem-se tornado uma combinação explosiva e resultado num grande número de conflitos violentos⁴. Ao mesmo tempo, estas dinâmicas têm afectado de forma bastante clara as possibilidades de reconstrução/reabilitação pós-violência, na medida em que estamos frequentemente perante estruturas bastante profundas de exclusão e que são dificilmente – senão mesmo quase nunca – devidamente removidas da sociedade, mesmo em contextos de pós-violência. Nestas circunstâncias, torna-se imperativo dedicar mais atenção às estruturas geradoras e perpetuadoras de dinâmicas de pobreza e exclusão, bem como responder às desigualdades, procurando o (re)estabelecimento de um contrato social equitativo entre a estrutura política e a população.

Os desafios da reconstrução no pós-conflito

Todas estas análises e argumentos são importantes e ajudam na tentativa de se identificarem as causas mais profundas dos conflitos, bem como as medidas e estratégias mais apropriadas para tornar o conflito e a violência menos prováveis, em particular em contextos marcados por fenó-



As diferentes dimensões e interligações da exclusão.

Fonte: Adaptado da DFID Social Exclusion Review (2006).

menos e processos de exclusão. Assim, o reconhecimento da existência de diferentes tipos de factores subjacentes a conflitos e fenómenos de violência, de natureza mais estrutural, como as desigualdades sociais e económicas, torna-se fundamental na definição de políticas e medidas alternativas para a sua prevenção. As alternativas a esta realidade passam desde logo pela definição de estratégias eficazes e sustentáveis de redução da pobreza e das desigualdades, bem como dos processos de exclusão social e económica, com especial enfoque para grupos mais vulneráveis em cada sociedade.

Relativamente à pobreza como factor independente e que contribui para a emergência de conflito violento ou episódios continuados de violência, é importante ter também em conta as características estruturais e predominantes em termos de alocação de recursos e acumulação de riqueza nos diferentes contextos. Ainda que os níveis de pobreza em termos absolutos não possam ser directamente relacionados com a existência de fenómenos de violência e de conflito nestas sociedades, quando questões de identidade de grupo e pobreza são interligados ou se percebe a existência de tratamento discriminatório de alguns grupos na sociedade, a propensão para uma oposição ou contestação violentas tende, como vimos antes, a aumentar⁵. Neste sentido, torna-se essencial recuperar o contrato social que sustenta a paz em contextos de conflito e pós-conflito violento, o que requer uma política de crescimento e desenvolvimento inclusiva e abrangente de modo a responder às desigualdades várias que se vão gerando e perpetuando⁶. Tal desafio implica também um levantamento sério de como as desigualdades e formas de exclusão são (ou foram) institucionalizadas e moldadas pelos processos históricos e mudanças ao nível das relações sociais, políticas e económicas⁷.

Responder, de forma sistemática e eficaz, às desigualdades e dinâmicas excludentes profundas muitas vezes existentes e que são potencialmente geradoras de violência nestes contextos, exige, portanto, políticas económicas e sociais realistas e equitativas. Este não será certamente um desafio fácil, mas algumas análises e experiências têm demonstrado que com o fim do conflito e da violência se poderá abrir uma pequena “janela de oportunidade” para que a esperança económica e o bem-estar possam ser restaurados para um

maior número possível de pessoas. É nosso entender, portanto, que essas oportunidades devem efetivamente ser aproveitadas. Neste contexto, medidas e políticas mais inclusivas e que podem realmente ajudar a garantir e satisfazer as expectativas, direitos e necessidades de natureza socioeconómica da população em contextos de violência e pós-violência assumem um papel fundamental e prioritário. ■

Notas

¹ BEALL, Jo; PIRON, Laure-Hélène (2006) — *DFID Social Exclusion Review*. London: London School of Economics; Overseas Development Institute.

² DOUMA, Pyt (2006) — “Poverty, relative deprivation and political exclusion as drivers of violent conflict in Sub Saharan Africa”. *Journal on Science and World Affairs*. Vol. 2 (2), pp. 59-69.

³ GURR, Ted (1970) — *Why Men Rebel*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

⁴ DOUMA, Pyt (2006) op. cit.

⁵ Idem.

⁶ YANACOLOPOULOS, Helen; HANLON, Joseph (2006) — *Civil War, Civil Peace*. London: James Currey Publishers, 2006.

⁷ CHABAL, Patrick; ENGEL, Ulf; GENTILI, Anna-Maria — *Is Violence Inevitable in Africa?: theories of conflict and approaches to conflict prevention*. Leiden/Boston: Brill, 2005.